

GESTÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: CONTRIBUTOS À DISCUSSÃO SOBRE O TEMA

Joicy Santos Cordeiro

Universidade Estadual de Feira de Santana

Amanda Cerqueira Araújo dos Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana

Leomárcia Caffé Oliveira Uzêda

Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo: O presente estudo se constitui em um recorte do projeto de pesquisa intitulado Educação Infantil na zona rural: caracterização e análise do cenário de implementação das políticas de educação do campo no município de Feira de Santana, faz parte de uma das linhas de pesquisa do Centro de Estudos e Documentação em Educação (CEDE), objetiva analisar como se efetiva a relação escola-família na Educação Infantil do Campo (EIC) a partir da concepção de professores e gestores escolares. De cunho qualitativo, a pesquisa está em andamento se aproxima do tipo de pesquisa estudo de caso. A finalidade do trabalho é assinalar alguns elementos acerca da Educação do Campo (EC), Educação Infantil do Campo (EIC) e apontar reflexões sobre a temática relação escola-família no contexto da Educação Infantil que se encontra na zona rural. (PARO, 1992; PALUDO, 2014, SOUZA, 2012; SILVA, PASUCH, SILVA, 2012). Como intuito de delimitação do estudo, foi realizado um mapeamento das produções a partir do banco de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), referente aos anos de 2010 a 2017, especificamente do GT 6 (Educação Popular) e GT7 Educação de crianças de 0 a 6. Conclui-se que há ínfimas produções que abordam sobre concepções e práticas da gestão escolar voltadas para atendimento e participação das famílias que tem seus filhos e filhas matriculados (as) na EIC, o que demonstra não só relevância do estudo, mas a necessidade de pesquisas e ações voltadas para tais questões no contexto acadêmico e escolar da EIC.

Palavras chave: Educação do Campo – Educação Infantil do Campo – Relação escola-família

Introdução

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica brasileira, insurge de um histórico de lutas pelos direitos a educação e cuidado de qualidade para as crianças de zero a cinco anos de idade. Vários aspectos que envolvem essa etapa vêm mudando ao longo de momentos históricos e consequentemente induzindo a forma como compreendemos uma educação formal para os pequenos logo na primeira infância. Defendemos que é preciso,

desde a mais tenra idade, refletir sobre as concepções de infância, criança e as questões, necessidades formativas gerais e específicas para cada faixa etária que compõe esta etapa de ensino. (BRASIL, 1988, 1996).

Quanto ao movimento das políticas de Educação do Campo, enfatiza-se que não é recente, carrega em si muitas histórias de lutas, surgindo da organização popular no território rural a partir da segunda metade do século XX. O movimento por uma Educação do Campo unifica a luta por educação ao conjunto das lutas pela transformação das condições de vida dos que vivem no/do campo, se constituindo em uma proposta pensada pelos movimentos sociais que tem caráter sociopolítico, pedagógico que procura, através de políticas públicas, garantir o direito a uma escola no campo e também do campo, que atenda as experiências de educação, a identidade e a realidade dos povos que compõe o território rural brasileiro. (CAVALCANTE, 2010; ARROYO, CALDART, MOLINA, 2008; MUNARIM, 2003).

A Educação Infantil do Campo, embora pouco tratada no meio acadêmico, carece de discussões ainda mais criteriosas e de investigações que considerem visões de infância, criança, docência, gestão escolar, relação escola e família/comunidade, Educação do Campo e Educação Infantil, gerando assim, ponderações acerca da necessidade de compreender sua complexidade e especificidades. (SILVA, PASUCH, SILVA, 2012)

A partir do exposto, o presente trabalho, que se institui a partir de um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Educação Infantil na zona rural: caracterização e análise do cenário de implementação das políticas de educação do campo no município de Feira de Santana”, faz parte de uma das linhas de pesquisa do Centro de Estudos e Documentação em Educação (CEDE), se propõe a analisar a Educação Infantil do Campo no Município de Feira de Santana com base em dois aspectos importantes: a relação escola-família e o papel da gestão pedagógica nesse contexto.

A intenção do estudo é identificar e compreender como se efetiva essa relação escola e família e de que maneira essa relação contribui para a formação das crianças que moram na zona rural e frequentam instituições de Educação Infantil. A metodologia é de cunho qualitativo (ANDRÉ e LUDKE, 1986), o trabalho está em andamento, tem como sujeitos colaboradores da pesquisa gestores de uma escola de Educação Infantil que atenda crianças da zona rural de Feira de Santana.

Entretanto, para este estudo, serão apresentados dados alusivos à revisão de literatura abordando a temática Educação Infantil do campo, com ênfase na relação entre gestão escolar, relação escola-família, buscando relevo em obras nacionais. O procedimento utilizado foi o

levantamento de produções no banco de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, adotando como referência inicial, Trabalhos aprovados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no período de 2002 a 2017, considerando dois grupos de trabalhos, a saber: GT-06 Educação Popular; GT-07 Educação da Criança de 0 a 6 anos, utilizando das palavras-chave: educação infantil do campo; gestão escolar e família e escola.

De modo geral, os referenciais bibliográficos que abordam o tema nos mostram a necessidade de discutirmos essa problemática, apontando elementos indispensáveis para reflexão, entre eles a implementação de políticas públicas de educação voltadas às crianças da zona rural, entre outras questões e demandas advindas da realidade daqueles que moram e vivem no/do campo. (SOUZA, 2008; LEAL, PASUCH, 2013; PASUCH e SILVA, 2010; SILVA; PASUCH; SILVA, 2012).

De início, compreende-se que é acordo na literatura acadêmica que diversos fatores podem influenciar no acompanhamento e participação das famílias nas escolas existentes na zona rural, como: à distância, a falta de transporte, horários de trabalho, entre outros motivos. Contudo, compreende-se também, que é preciso que a gestão escolar esteja ciente de seu papel frente aos desafios cotidianos daqueles que povoam o campo e possa, assim, criar possibilidades para que se estabeleça uma relação melhor entre ambos em prol da formação digna, humana e pela defesa dos direitos das crianças e de suas famílias no sentido mais amplo.

Verificamos no levantamento feito junto ao banco de produções da ANPED que são escassas, praticamente inexistentes, as pesquisas frente à temática de estudo o que acende cada vez mais a necessidade de novos debates não só no contexto acadêmico, como no planejamento e execução de políticas públicas que considerem as reais demandas e experiências de trabalhadoras e trabalhadores que vivem no e do espaço rural, em especial que considerem a infância e a criança que povoam o campo.

Aproximações iniciais com o tema

Há concordância entre educadores e pesquisadores que se debruçam sobre a Educação Infantil no Brasil, que a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96) são marcos históricos, políticos, conceituais no que se refere a garantia de direitos às crianças. Foi a partir da Lei 9.394/96 que Educação Básica passou a ser estruturada por

etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio. (KISHIMOTO, 2001; BRASIL, 1996)

A efetivação da Educação Infantil, considerada a primeira etapa da Educação Básica brasileira, se deu por meio de lutas através de Movimentos Sociais, os quais os movimentos feministas foram protagonistas. A necessidade de se ter Escolas de Educação Infantil emerge em decorrência de um cenário no qual, inevitavelmente, grupos de mulheres/mães precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos. Ao longo dos períodos históricos (décadas de 1970, 80, 90), o processo de atendimento às crianças em creches e pré-escolas passou, através de muitas lutas, de uma ação assistencialista para uma política educativa e de garantia de direitos às crianças pequenas e suas famílias. (KISHIMOTO, 2001)

Refletir sobre a Educação Infantil como um direito da criança e das suas famílias é considerar todas as lutas e conquistas obtidas ao longo de processo. Segundo Kuhlmann Jr. (1998, p.16), o significado da infância como categoria social, política emerge em função das transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas ao longo do período histórico, em especial, no Brasil, no final do século XX e início do século XXI. Além disso, a concepção de criança como um sujeito de direitos e produtor de cultura terá implicações diretas no seu atendimento em instituições escolares formais se transformando, também, em uma conquista.

No que diz respeito ao atendimento em instituições de Educação Infantil na zona rural, as conquistas também se originam de lutas constantes. Os Movimentos Sociais que emergiram no/do campo em prol da melhoria de vida daqueles que habitam o campo, apoiaram as lutas das mulheres camponesas não só para garantirem o ingresso de seus filhos/filhas, mas para permanência destes (as) em escolas que os atendessem com qualidade em todas as dimensões que envolvem uma instituição escolar. E a luta foi além da Educação Infantil, e sim por todos os níveis de ensino, ou seja,

[...] O povo do campo sempre foi visto como receptor agradecido de dádivas das elites compassivas, abrir uma escolinha rural era uma dádiva do fazendeiro ou do novo prefeito. Os povos do campo de agradecidos receptores de dádivas – a escola, a professora – passaram a sujeitos políticos coletivos, não pedintes, mas exigentes de políticas públicas. Um fato que inverte a lógica em que por séculos equacionamos as políticas públicas educativas para o povo do campo (ARROYO, 2006 apud SOUZA, 2006).

A Educação Infantil do Campo é uma área pouco discutida. Apesar das conquistas relacionadas a esta etapa de ensino, observa-se que desde sua conquista, a Educação Infantil do Campo foi concebida como caridade, o que faz inferir que sua trajetória acompanha os

desafios, histórias de luta e conquistas desta etapa de ensino até se configurar como importante e inquestionável para formação das crianças que habitam o campo desde a tenra idade.

Não obstante, outro tema que pouco se tem debatido e/ou se tem produzido diz respeito à relação estabelecida entre família e a escola, assim como sobre as concepções e práticas da gestão escolar voltadas para atendimento e participação das famílias do campo. Considera-se importante a relação escola-família no que tange não só ao acompanhamento das crianças no ambiente escolar, em suas tarefas, mas, se constitui em uma parceria inquestionável para fortalecimento da formação humana das crianças desde muito pequenas. (ARROYO, 2007; PALUDO, 2014; PASUCH, 2013)

Considera-se, neste estudo, que a relação escola-família pautada em princípios de respeito, de colaboração mútua e de integração em ambas as partes, se constitui em elemento indispensável para o pleno desenvolvimento dos sujeitos que fazem parte da instituição escolar. É imperativo compreender qual sentido as famílias, por exemplo, atribuem ao papel da escola perante a vida de seus filhos e filhas. Várias são as dimensões que envolvem essa relação, mas além de espaço de ascensão social, o cotidiano de uma escola é pautado por outras questões que merecem consideração. No tocante a participação da gestão escolar, que tem como uma de suas funções, a mediação desta relação, cumpre entender, qual, de fato, tem sido seu papel no tocante, por exemplo, a relação com aqueles que habitam o campo, especificamente com aqueles que têm suas crianças, ainda na primeira infância vivendo experiências em tais espaços.

No que tange a gestão escolar, esta precisa propor e acolher a participação das famílias, compreendendo estas como indispensáveis às discussões e tomadas de decisões no âmbito escolar. O conceito de participação efetiva destas famílias refere-se à partilha do poder e tomada de decisões que favorecerão o crescimento em todos os sentidos não só das crianças, mas da comunidade externa e interna que faz parte da escola (PARO, 1992).

De maneira geral a participação das famílias no contexto escolar não é estimulada e nem sempre se efetiva de maneira harmônica, encontrando-se, então, repleta de desafios. No caso das localidades rurais, a relação entre Gestão escolar e comunidade está prevista, inclusive em lei específica que são as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse dispositivo legal assevera que:

[...] Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade. Art. 11. Os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna, contribuirão diretamente: I - para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade; II - para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino. (BRASIL, 2002)

A partir do exposto, enfatiza-se que escola precisa se atentar e escutar mais a comunidade que está inserida. Os verdadeiros problemas e interesses. Segundo Paro (1997, p. 27), “A questão que se poderia aventar diante da necessidade de se superarem esses condicionantes do autoritarismo na escola é que tal superação depende de um esforço coletivo de todos os envolvidos na situação escolar/direção, professores, demais funcionários, alunos e pais.”

Quanto ao debate sobre Educação do Campo, vale ressaltar que este se deu na década de 1990, a partir do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA). Este encontro foi organizado por movimentos importantes como o MST, que lutavam pela Reforma Agrária e incluíam outras pautas de permanência no campo, entre elas educação de qualidade para suas crianças. As conferências realizadas pelos movimentos sociais fizeram com que fossem ampliadas as discussões da Educação do campo. Logo após, surgiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que também se constitui em marco histórico e conceitual para Educação do Campo no Brasil. De acordo com Munarim (2003),

[...] Antes de tudo, é bom afirmar que a luta pela reforma agrária constitui a materialidade histórica maior de seu berço nascedouro, uma espécie de pano de fundo, de maternidade. A experiência acumulada pelo Movimento Sem Terra (MST) com as escolas de assentamentos e dos acampamentos, bem como a própria existência do MST como movimento pela terra e por direitos correlatos, pode ser entendida como um processo histórico mais amplo de onde deriva o nascente Movimento de Educação do Campo. (p. 3)

Ainda que se constitua em avanço, de uma forma simplificada, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009, legislação contemplam a Educação Infantil das crianças do campo, mas sem relacionar suas especificidades, ou analisá-las a contento, muito menos no que se refere a relação escola-família. Esta última pauta ainda se constitui em elemento que precisa ser discutido e garantido para além das orientações iniciais de textos normativos. Há que se pensar, em um cenário de

subtração de direitos que é histórico, que a relação escola-família é inquestionável para formação plena das crianças e de seus pares.

A implementação da Resolução citada anteriormente não quer dizer que, de fato, a lei esteja sendo executada nas suas definições e orientações. Muito pouco se fala sobre o posicionamento da escola frente a esta lei, e, principalmente no que diz respeito à relação escola e família como condição para desenvolvimento das crianças de maneira ampla e ainda mais digna.

As lutas para que estas conquistas sejam efetivas estão longe de ter um fim. Mas, o posicionamento frente ao fato é quem diz se o caminho está certo, pois, quando se deixa levar pelo esquecimento a história de lutas de mulheres e suas famílias do campo por uma educação pública e de qualidade para seus filhos e filhas, deixamos para trás, também as possibilidades de superação deste estado de esquecimento e abandono aos quais foram historicamente ocupados pelos povos do campo. Contudo, a escola deve estar aberta a realidade de seus participantes, aos desafios das famílias e deve lutar junto, e por em prática os direitos e deveres que lhe forem atribuídos.

Metodologia: primeiras intenções

A metodologia do estudo é de cunho qualitativo e tem o intuito de compreender o tema a partir de procedimentos e interações cotidianas junto aos participantes da pesquisa. De acordo com Vieira e Zouain (2005), a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, o principal objetivo da pesquisa é ter uma compreensão do tema a partir dos procedimentos e nas interações cotidianas. (ANDRÉ e LUDKE, 1986).

Todavia, como etapa essencial do desenvolvimento da pesquisa, coube realizar levantamento bibliográfico que permitiu maior contato com pesquisadoras/pesquisadores que se debruçam sobre a temática. A pesquisa, em andamento, aponta, a priori, a escassa produção no campo da relação entre a gestão escolar, relação escola e família no contexto da Educação Infantil do Campo, no território brasileiro, independente da região do país. Nota-se que é preciso deliberar um incremento em pesquisas e ações voltadas para essa área.

Assumi-se como referência inicial para pesquisa maior, os Pôsteres e Trabalhos aprovados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no período de 2002 a 2017, considerando quatro grupos de trabalhos, a

saber; GT-03 Movimentos Sociais e Educação; GT-05 Estado e Política Educacional; GT-06 Educação Popular; GT-07 Educação da Criança de 0 a 6 anos, tomando os títulos como referência inicial e palavras-chaves educação do campo, educação infantil do campo; gestão escolar, escola e família, para identificação das produções.

Para o estudo em apreciação, foi feito um recorte temporal a partir das produções realizadas entre os anos de 2002 e 2017, GT-06 Educação Popular; GT-07 Educação da Criança de 0 a 6 anos. O período cronológico para apreciação dos Trabalhos aprovados em cada Reunião Anual da ANPED toma como marco legislativo a criação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo (BRASIL, 2002), bem como a Emenda n.º 59 à Constituição Federal, que modifica inúmeros artigos da Carta Magna de 1988 e carece de atenção de todos aqueles que lutam por uma educação pública de qualidade. Vale lembrar que um dos artigos da Emenda Constitucional n.º 59 amplia a obrigatoriedade escolar de seis aos quatorze anos para quatro a dezessete anos de idade, tornando-se a matrícula da pré-escola obrigatória, e evidenciando-se que o limite instituído para a execução desta resolução o seria o ano de 2016, acompanhando os termos do Plano Nacional de Educação, com a contribuição técnica e financeira da União. OS documentos citados servem como base, pois direcionam aspectos a serem implementados e que, a princípio, deveriam contemplar a EIC.

Cabe ressaltar que a partir das palavras-chave foram construídos quadros comparativos com os referidos indicadores: ano de produção, título dos trabalhos, autores/autoras, objetivo da produção. Em determinados trabalhos encontrados, foi necessário recorrer à leitura dos resumos e/ou introdução das produções em que as palavras-chave expressavam a possibilidade da produção tocar no tema em destaque. Mesmo diante desta solução, existiu dificuldade em identificar o escopo das produções, por vezes o que se divulgava nos títulos, introdução dos trabalhos não condizia com os resultados finais descritos.

Resultados parciais

O estudo torna-se relevante especialmente para profissionais que atuam na Educação Infantil do Campo, uma vez que podem apontar elementos importantes que tem desdobramentos nas práticas e concepções dos professores, dos gestores escolares, gestores públicos que desenvolvem suas ações atreladas ao cotidiano escolar das crianças da zona rural. A Educação do campo teve várias conquistas na década de 1990,

[...] As conquistas da década de 1990 podem ser agrupadas em três frentes. A primeira diz respeito ao fortalecimento do caráter coletivo da prática educativa, a exemplo das experiências do MST, dos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, jovens e adultos, para citar alguns. São sujeitos de direitos – coletivos – que, aos poucos, modificam a história, ao buscar o reconhecimento territorial e a diversidade sociocultural. (SOUZA, 2012, p. 753)

A pesquisa que está em andamento e vivendo uma etapa de revisão bibliográfica, já sinaliza a parca produção no campo da relação entre Gestão Escolar e as famílias de crianças que frequentam a Educação Infantil na zona rural, sinalizando o quanto é preciso definir pesquisas e ações voltadas para essa área.

Enquanto primeira etapa de análise da produção sobre o tema tomou-se como referência inicial, os Trabalhos aprovados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no período de 2002 a 2017, considerando quatro grupos de trabalhos, a saber: GT-06 Educação Popular; GT-07 Educação da Criança de 0 a 6 anos. No período de 2002 a 2017 foram lidos resumos e/ou introdução dos trabalhos que a partir das palavras-chave e/ou títulos contemplassem o objetivo do levantamento bibliográfico: encontrar pesquisas sobre a gestão escolar e relação escola e família no contexto da Educação Infantil do Campo.

Foram encontrados entre os anos de 2002 a 2017 um universo de trezentos e quarenta e seis (346) trabalhos publicados nos GTs 6 e 7 que versavam sobre as mais diversas áreas e temas que se enquadravam nas ementas dos grupos. Dentro deste conjunto de produções é possível localizar algumas que versam sobre gestão democrática, gestão de políticas públicas, coordenação pedagógica no tocante a Educação Infantil. Do universo citado não foram encontrados trabalhos, muito menos no tocante a gestão escolar, relação família e escola dentro do estudo maior que é a Educação Infantil do Campo.

O ano de referência para iniciar a leitura das produções em cada ano de realização da reunião, considerou como marco legal a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC), pois se

[...] constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (BRASIL, 2002)

A partir deste documento (DOEBEC), de caráter mandatório, entre outras produções, pesquisas, eventos e movimentos em prol da educação do campo, nota-se um leve crescimento na literatura que trata do tema. Contudo, no que tange a Educação Infantil do Campo, apesar da sua importância, observa-se que são poucas as referências em destaque. A pesquisa nos anais da ANPED, ainda está em decurso e espera-se encontrar produções que contribuam ainda mais com o debate.

Vale ressaltar que a viabilidade do estudo se dá pelo apoio inicialmente do Centro de Estudo e de Documentação em Educação (CEDE) pertencente à Universidade Estadual de Feira de Santana que dispõe de condições apropriadas para que as pesquisas possam ser desenvolvidas. Além do CEDE destaca-se também a Equipe de Estudos e Educação Ambiental (EEA) ambos os grupos de estudos voltados para temática da pesquisa e que ampliam os debates sobre o tema, pois conjuntamente realizam encontros de formação e estudos sobre o tema e os que se aproximam deste. Todos estes elementos objetivos e teóricos colaboram para o desenvolvimento do trabalho.

Desta forma, os resultados deste estudo podem oferecer subsídios para outras investigações e pesquisadores, professores da Educação Infantil, profissionais que se interessam pela temática abordada.

Considerações finais

São várias as lutas para se constituírem em sujeitos históricos, políticos e de direitos, tanto os povos do campo, como as crianças. O projeto inicial do estado sempre foi a negação de tais direitos à essas populações. É preciso entender tais lutas e identificar quais são esses sujeitos que compõem o campo. Há em curso, um debate contínuo sobre sua importância e a necessidade de irmos além das contendas sobre este tema e tornarmos as bandeiras de luta em ações concretas. É necessário também, rememorar quais são os embates travados a princípio por esses movimentos e quais necessidades emergiram. Com as crianças e infância do campo não há de ser diferente.

Sabe-se que a Educação Infantil do Campo é um direito estabelecido em lei para as crianças e dever do estado, diante disso, é preciso garantir uma educação de qualidade para que as crianças. Uma educação que valorize a criança do campo visando uma formação humana, seu desenvolvimento irrestrito, reforçando o conceito são sujeitos produtores de conhecimento, de educação e de cultura.

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir e subsidiar possíveis discussões e avanços no que diz respeito à relação escola-família e a gestão escolar no contexto da Educação Infantil do Campo e assim, problematizar a efetivação da participação da escola na comunidade uma vez que a mesma tem exigido, historicamente, esta participação da comunidade.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. e LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. Campinas: Caderno Cedes, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622007000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 25 de abril 2018.

_____. Introdução. In.: SOUZA, M. A. de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 dez.1996, Brasília: MEC, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 que institui as **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC, 03 abr. 2002.

CAMPOS Rosânia ; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. BNC e educação infantil Quais as possibilidades?. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 353-366, jul./dez. 2015.

CAVALCANTE, Ludmila. O. Holanda. Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas do rural. **Revista Ensaio** - Fundação Cesgranrio. Impresso. Rio de Janeiro, RJ. v. 18, p. 549-564; 2010.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEAL, F.L.A. PASUCH, J. In: BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**. Salto para o futuro. Ano XXIII, Boletim 11, Junho 2013. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013, p. 1-22.

PALUDO, C.; SILVEIRA, D. M. **Contribuições para a história da educação infantil do campo no Brasil.** Contrapontos, Itajaí, SC, v. 14, n. 1, p. 170-185, abr. 2014.

PARO, V.H. **Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública.** Idéias, São Paulo, FDE, n.12, p.39-47, 1992.

MUNARIM, Antônio. **Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção.** In. <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/gt03-4244--int.pdf>

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais.** Educação & Sociedade, v. 33, n. 120, 2012.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Joicy Santos Cordeiro

Graduação em Licenciatura em Pedagogia (em curso), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)-Brasil; Centro de Estudos e de Documentação em Educação (CEDE); Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB/Bahia. E-mail: joicycordeiro16@hotmail.com

Amanda Cerqueira Araújo dos Santos

Graduação em Licenciatura em Pedagogia (em curso), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)-Brasil; Centro de Estudos e de Documentação em Educação (CEDE); Bolsista de Iniciação Científica - PROBIC_UEFS E-mail: amandacerqueirasants@gmail.com

Leomárcia Caffé Oliveira Uzêda

Doutorado em Educação, (concluída), Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)- Brasil; Centro de Estudos e de Documentação em Educação (CEDE); Coordenadora do Projeto de Pesquisa - Educação Infantil na zona rural: caracterização e análise do cenário de implementação das políticas de Educação do Campo no município de Feira de Santana E-mail: leomarciauzeda@yahoo.com.br